

ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE UMA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Angela Hess Gumieiro (angelahessufgd@gmail.com)

Nosso objetivo foi analisar a formação continuada destinada aos professores do Ensino Fundamental de um município situado na Grande Dourados/MS. As ações de formação continuada de professores estiveram ao longo da literatura educacional e nos discursos dos órgãos que gerenciam a educação com diferentes terminologias como reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação, conforme as exigências de cada momento histórico, e esses termos utilizados para designar a formação continuada foram sendo superados e substituídos sem, contudo, deixar de nos revelar as concepções desta formação, determinando assim as linhas de ações. Em termos metodológicos, caracterizamos o estudo como de natureza qualitativa. Utilizamos a bibliografia disponível na intersecção entre políticas públicas, gestão da formação de professores e formação de professores de língua portuguesa. Quanto à coleta de dados, foram feitas observações in loco, entrevistas semiestruturadas com gestores e docentes, análise documental da proposta formalizada da Secretaria de Educação e as Propostas Pedagógicas das escolas para a formação continuada e documentos tanto os que expressam diretrizes nacionais como municipais de educação, enfatizando as questões da formação continuada de professores. Participaram da pesquisa a Secretaria Municipal de Educação do município, as três unidades escolares, tendo como interlocutores da pesquisa quatro professores de língua portuguesa da rede municipal, três coordenadoras pedagógicas do ensino fundamental e uma gestora responsável pela formação continuada dos professores. A formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação é caracterizada fortemente por cursos e palestras, as ações formativas foram fragmentadas, pontuais, com data, local e temáticas previamente definidas pela secretaria, sem a participação direta na sua concepção das escolas e dos professores e não geraram compromissos no sentido da melhoria contínua da prática pedagógica, nem por parte da Secretaria de Educação, nem dos envolvidos nas ações. Assim sendo, as análises apontaram para a necessidade de vivências no âmbito das escolas que ampliem a participação política dos atores sociais, possibilitando assim criar bases tanto para fazer cumprir o princípio constitucional da gestão democrática, como qualitativamente na construção de uma escola mais democrática.